

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

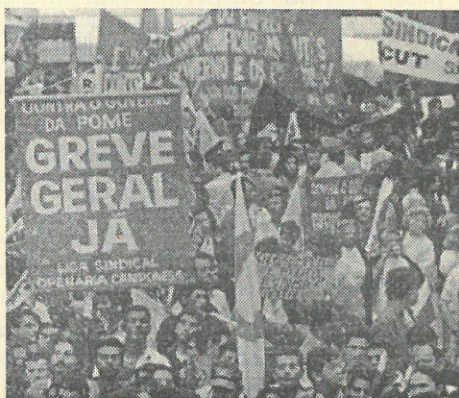
ANO VII - EDIÇÃO ESPECIAL - 2ª QUINZENA DE JANEIRO DE 1996 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

## A defesa da vida dos trabalhadores no capitalismo em crise depende da política antiimperialista e anticapitalista do proletariado

### A traição das direções da CUT, Força Sindical e CGT

O acordo negociado entre o governo FHC e as Centrais Sindicais sobre a "Reforma da Previdência" se constituiu numa traição dos dirigentes sindicais aos interesses mais elementares do conjunto dos trabalhadores. Sempre esteve evidente a intenção do governo de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e destruir outras conquistas setoriais, como a aposentadoria especial e o critério de aposentadoria proporcional, bem como a aposentadoria integral dos servidores públicos.

A CUT havia se pronunciado contrária à quebra de quaisquer conquistas dos assalariados. Entretanto, Vicentinho, seu presidente, juntamente com o direitista e claramente pró-imperialista Medeiros, da Força Sindical e com Pegado, da CGT, que posa de nacionalista, se entregou de corpo e alma aos interesses da burguesia e seu Estado. Os miseráveis vendidos saíram da reunião sorridentes e declarando que se tratava de um bom acordo para os trabalhadores e



*É preciso responder com luta ao ataque do governo*

para o Brasil. Não tiveram a mínima vergonha de dizer que o governo havia recuado e que os trabalhadores saíram vitoriosos.

Essa farsa escandalosa da burocracia corrompida pela política burguesa, no entanto, logo se desfez perante os oprimidos. A ninguém convence que a substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição é a mesma coisa. Os burocratas

traidores necessitam falsear o conteúdo do acordo justamente porque sabem que a classe operária e demais oprimidos os rechaçarão. E também porque precisam acobertar sua traição pró-capitalista e anti-operária com a idéia de que não fez mais do que preservar direitos elementares. Porém, o ataque preparado pelo governo contra as massas é tão claro que a máscara da traição não consegue esconder um só segundo as faces das direções sindicais que comem na mão do governo e se ajoelham perante os exploradores do povo.

Os trabalhadores têm diante de si uma grande lição de como a burocracia sindical se utiliza dos organismos de massa (sindicatos e Centrais) para colaborar com o plano do governo e com os interesses dos capitalistas. É necessário rechaçar esse acordo antipopular, denunciar os traidores e organizar uma luta unitária de todos os oprimidos não só em defesa da Previdência estatal mas contra o Plano neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

## Campanha do Partido Operário Revolucionário

O Partido Operário Revolucionário aprovou fazer uma campanha rigorosa contra a destruição da aposentadoria por tempo de serviço e contra a traição da burocracia sindical. Essa campanha se centra na defesa de que a CUT e os sindicatos convoquem as assembléias e as plenárias de base para se contraporem à ofensiva do governo e exigir o rompimento da conciliação de classes.

O POR defende a unidade de todos os explorados, sob a direção da classe operária, para derrotar o governo neoliberal e desenvolver a luta antiimperialista e anticapitalista. Com esse conteúdo, chamamos todas as correntes de esquerda a constituírem uma frente única de defesa da vida das massas, de rejeição à traição das direções sindicais e de luta antiimperialista.

**Defendamos a vida das massas!**

**Lutemos contra o capitalismo sob a bandeira de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado)!**

**Abaixo o governo FHC e toda burocracia sindical que o sustenta!**

**Pela organização de uma Frente Revolucionária Antiimperialista!**

**Pela constituição dos tribunais populares!**

**Que a CUT rompa com a conciliação e organize a greve geral por tempo indeterminado!**

## O conteúdo antipopular da "Reforma da Previdência"

O projeto de Reforma do Ministro Reinhold Stephanes não é uma peça isolada na política econômica do governo FHC. Trata-se de um dos elos do Plano Real, que em toda sua extensão descarrega a crise do capitalismo sobre a maioria explorada do país. Não é por acaso que o projeto original é de uma extraordinária violência.

Tem em seus fundamentos a extinção da aposentadoria por tempo de serviço; o estabelecimento do critério misto de tempo de contribuição e teto de idade; fim da diferença entre mulheres e homens, em que se estende para as mulheres os 35 anos de contribuição; fim da aposentadoria especial de 25 e 30 anos para algumas categorias; fim da aposentadoria proporcional, teto de 3 salários mínimos como valor de aposentadoria e privatização da Previdência. Como se vê, essa "reforma" vem para aumentar o tempo de exploração do trabalhador, impossibilitar a aposentadoria para a maioria e só permitir a aposentadoria à beira da morte.

É diante desse conjunto de medidas reacionárias que a burocracia traidora diz que o acordo é bom para os trabalhadores e que o governo recuou. Embora o protocolo do



Vicentinho e Medeiros negociam a traição com o Ministro do Trabalho.

acordo ainda não tenha sido publicado e as informações são deliberadamente confundidas pelo governo e pelos próprios burocratas, dá para se saber o quanto prejudicial é para a vida das massas. A extinção da aposentadoria por tempo de serviço e pelo critério do teto de idade, por si só, quebra uma conquista, que o governo e o empresariado vêm dizendo não poder sustentar. Por esse critério, havia alguma facilidade para se obter a aposentadoria para aqueles que não tinham a carteira profissional assinada, que nada mais nada menos correspondem a 50% da força de trabalho. Por outro lado, um trabalhador que atingisse o teto de idade (60 anos para mulheres e 65 para homens) se aposentava, bastando contribuir apenas 15 anos (já se chegou a exigência de apenas 5 anos). Quanto ao salário benefício, correspondia a média dos últimos 36 meses do salário contribuição. Esse critério era importante porque uma grande parcela não tem a carteira assinada pelo patronato, porque o desemprego é massivo e de grande durabilidade para o demitido. Mesmo assim, sabemos ser insuficiente como proteção real à existência do trabalhador aposentado.

A mudança para tempo de contribuição piora terrivelmente esse mecanismo já muito precário. Isso porque obriga o desempregado a contribuir com o INSS, caso queira se

aposentar. O patrão o demite e tira-lhe a fonte de existência e o governo por cima o obriga a pagar a aposentadoria. Os trabalhadores informais estão nessas mesmas condições. Agora, com o novo critério, a aposentadoria depende da comprovação dos 30 e 35 anos de contribuição. O que quer dizer que uma massa humana não se aposentará.

Vejamos outros prejuízos:

1) Os camponeses que trabalham em regime familiar não poderão contar o tempo de serviço; 2) O critério combinado dos três fatores para o servidor público acaba com a aposentadoria integral. O próprio governo prevê que apenas 10% terão aposentadorias integrais; 3) Acaba com a aposentadoria especial para professor universitário e outras profissões, ficando determinado que depois de 5 anos se extinguirá também esse direito dos professores de 1º e 2º graus. Como se vê, o fato do governo não ter imposto integralmente o seu plano original não significa que o acordo não seja destruidor das condições de vida das massas. Trata-se de um primeiro passo na implantação da reforma antipopular.



Trabalhadores franceses foram à luta contra os ataques contra a previdência da França.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**  
**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO  
NO NORTE E NORDESTE EScreva PARA  
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970  
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN



## De quem são os privilégios?

O governo e as direções traidoras dizem que a Previdência se tornará mais justa, porque acabará com privilégios. Isso é falso de cima a baixo. Só serve para acobertar o conteúdo antipopular das medidas e a própria traição de Vicentinho e companhia.

Só existe privilégio real para parlamentares, juízes, promotores e congêneres. Essas funções são típicas do Estado burguês voltadas a manter o sistema de exploração, o mesmo que agora quer arrancar dos trabalhadores conquistas mínimas como a Previdência. Essas funções são típicas de parasitas, que ganham as custas do trabalho alheio. Essa gente não perderá os privilégios, mesmo que tenha que se enquadrar nos critérios dos 30 e 35 anos. Por que não perde? Justamente porque esses parasitas ganha um salário altíssimo que lhes assegura uma vida do bom e do melhor, não dependendo de nenhuma aposentadoria. Além disso, essa gente é proprietária e ganham muito com a corrupção.

Somente os traidores podem dizer que a aposentadoria especial de 25 e 30 anos é um privilégio, como também seria privilégio se aposentar com o salário integral. Sob o capitalismo, quem dedica esse tempo de trabalho, recebendo um salário de fome, como no caso da maioria do funcionalismo público, está sendo espoliado. E quem recebe uma aposentadoria que corresponde ao seu último salário nada mais está recebendo senão uma miserável quantia. Não é isso que acontece com a esmagadora maioria?

O fato de se aposentar mais cedo e receber vencimentos integrais em relação ao restante dos trabalhadores do setor privado apenas significa que houve conquista diante da opressão capitalista, e não privilégio diante dos demais oprimidos. A tarefa colocada é justamente de estender essas conquistas para todos e não destruí-las, como pretende o governo e a burocracia sindical.

Se se tivesse em discussão acabar com os privilégios de parlamentares e congêneres então seria uma posição progressiva. Falar em privilégio é falar em parasitismo. Dizer que os funcionários públicos, jornalistas, aeronautas e professores universitários são privilegiados, significa dizer que estes são parasitas do capitalismo, quando na verdade é o contrário que se passa.

Os burocratas sindicais não podem denunciar o governo com esse argumento e chamar as massas à luta justamente porque eles também fazem parte da casta parasitária, como são os parlamentares, juízes etc. São traidores da classe operária porque vivem das migalhas lançadas pelos capitalistas, de um bom salário de dirigente sindical e como usurpadores da representação dos explorados.

Nacional

## As manobras do governo e a capitulação da burocracia sindical

O governo para implantar uma reforma de tal abrangência antipopular contava e conta com dois obstáculos: 1) Uma possível resistência geral dos trabalhadores, através da luta direta (greves, manifestações etc); 2) A divisão parlamentar, que poderia não lhe dar base de sustentação política. No primeiro caso, tratava-se de neutralizar as Centrais Sindicais e por aí o conjunto dos sindicatos. A colaboração da CUT era e é essencial, para se evitar a resistência de massa. Para isso, Fernando Henrique Cardoso jogou com a política da direção cutista de negociar a violenta reforma.

A CUT elaborou oito pontos, entre eles a defesa da aposentadoria por tempo de serviço, porém não para confrontar-se nas ruas com o Plano neoliberal. Mas apenas para abrir portas a negociatas. O governo entendeu a posição conciliadora e decidiu-se jogar com a CUT, utilizando-se inclusive do apoio da Força Sindical. Isso explica a posição capituladora do presidente da CUT, Vicentinho.

No âmbito parlamentar, o relatório do deputado Euler Ribeiro (PMDB) se constituiu numa peça de ajuste dos interesses dos partidos e do governo, considerando a influência eleitoral que teria uma medida tão impopular. A divisão interburguesa, que parecia de fácil solução, foi se agravando na medida em que outros problemas foram se acumulando, como o caso do Sivam, do apoio ao sistema financeiro e das denúncias de corrupção em torno da quebra do Banco Econômico. O PT se aferrou apenas a uma oposição parlamentar demagógica à liquidação da aposentadoria por tempo de serviço, sabendo que seria minoria opositora e que mais tarde tiraria vantagem eleitoral.

As caravanas à Brasília, principalmente do funcionalismo público, serviram de máscara à inércia da CUT em relação à necessidade de mobilizar o proletariado, força capaz de barrar a ofensiva reacionária do governo pró-imperialista. O governo viu que não bas-

tava apenas vencer a resistência do circo parlamentar. Era preciso atrair as Centrais e colocá-las abertamente como colaboracionista da reforma. Isso como um primeiro passo da política de descarregar a crise sobre os ombros dos oprimidos.

Vicentinho, ao colocar a CUT numa posição de aceitabilidade da substituição do critério de tempo de serviço para o tempo de contribuição e sair em defesa do argumento do governo contra os privilégios de categorias como professores universitários, jornalistas, aeronautas etc, colocando-as no mesmo saco dos parasitas parlamentares, magistrados etc, serviu de pião para as manobras do Palácio do governo.

A divisão interburguesa no Parlamento era e é favorável à luta dos trabalhadores para derrotar o fatídico Plano. A mobilização de massa, tendo a classe operária à frente, aumentaria a crise da aliança governamental e obrigaria pelo menos um recuo do governo. Porém, a atitude de Vicentinho em colocar a CUT como negociadora de um Plano inegociável fortaleceu a ação do governo, que a está usando para superar suas rachaduras internas.

Certamente, trata-se de um processo em aberto, que depende de como a classe operária e demais explorados se coloquem. O que é certo é que a direção da CUT auxiliou o governo a dar um passo decisivo na implantação de sua reforma antipopular. É dentro desse quadro que a Força Sindical acabou se projetando e a CUT compareceu como reboque da política direitista de Medeiros. Vicentinho se mostrou um boneco manejado de um lado por FHC e de outro pela Força Sindical e CGT.

É claro que os fatos se passaram assim devido à linha política da direção da CUT em colaborar com o governo burguês, sob a máscara de que é papel das direções sindicais negociar com um presidente eleito pelo povo. O resultado dessa linha é a capitulação.



## A linha de negociação da CUT

Vicentinho se indignou com as críticas provenientes das mais variadas tendências políticas, principalmente do próprio PT. Disse que não estava senão concretizando a linha da CUT de negociar com o governo. Ressaltou que a fase do sistemático "não", que marcou um período da vida da CUT, está ultrapassada e foi substituída pela linha de negociação, que implica também dizer "sim". Essa colocação tem por conteúdo a idéia de que não é função da Central se confrontar com o governo burguês, através do método da luta de classes (greves, ocupações, mobilizações de massa etc). Se não é assim, cumpre a função de colaboração de classe.

O fundamento dessa posição colaboracionista é de que a negociação é uma forma de ajustar e equilibrar interesses distintos e opostos. Interesses esses que não seriam apenas os dos explorados e dos exploradores, mas também interesses diferentes entre os próprios explorados. Essa visão é claramente pró-capitalista e serve para obscurecer que só existem dois pólos de interesses: o dos capitalistas (patrões) e dos trabalhadores (operários, camponeses pobres, classe média urbana arruinada). Os ditos interesses distintos entre os trabalhadores, chamado de corporativismo, são criadas pela própria burguesia e seu Estado. E quem mais incentiva a diferenciação corporativista é a burocracia sindical, que necessita dela para evitar a unificação das massas em torno de um programa comum antiimperialista e anticapitalista.

Pois bem, os oito pontos elaborados pela CUT e pelo PT se baseiam no princípio burguês de que apenas existem interesses diferentes, de vários setores, que podem ser

resolvidos através da negociação e dos mecanismos de democracia capitalista. E é isso que explica porque tanto a CUT quanto o PT não se colocaram por uma luta radical contra as reformas neoliberais, tendo por base a mobilização de massa.

Fica claro, nos oito pontos, a concessão feita de antemão. Ao se referir à "adoção de um sistema único previdenciário, que atinja universalmente servidores públicos e trabalhadores do setor privado", a CUT aceita a coexistência do sistema público e privado. Não se coloca pela defesa intransigente da aposentadoria integral para todos. O teto proposto de 20 salários mínimos para recebimento de aposentadoria era para ser negociado e não responde ao mais essencial, que é a existência de 71,8% dos aposentados recebendo até um salário mínimo (100 reais). Não se trata de se estabelecer um teto, mas de se estabelecer uma base, que é o salário mínimo real. Retira-se das aposentadorias especiais (professores, por exemplo) o direito da proporcionalidade aos 20 para mulheres e 25 para os homens. Certamente, há outros aspectos.

Mas o problema da proposta para a negociação não pára aí. O próprio presidente da CUT mostrou que alguns pontos de defesa, que constam nos oito pontos, não passam de formalidades. Exemplifiquemos: Vicentinho disse claramente que não vê justificativa para preservar a aposentadoria especial para jornalista e professores universitários.

Essa descrição é suficiente para mostrar que a CUT não partiu da defesa integral de todas as conquistas dos trabalhadores, para exigir novas e melhores condições de aposentadoria, a exemplo do piso do salário mínimo real e da necessidade de reduzir o tempo de serviço para todos aqueles que estão sob o regime de 35 e 30 anos. Negociar significa, portanto, fazer concessões ao Plano de arrocho e miséria das massas. A idéia de ceder um pouco para não perder muito é típica da política da burocracia traidora, que tudo faz para que os explorados não se coloquem em pé de guerra contra os ataques dos capitalistas e que utilizem com toda energia sua força de massa.

## A burocracia sindical se coloca por cima dos trabalhadores

As direções sindicais reformistas têm se paudado em ludibriar os trabalhadores. Utilizam o falso argumento de que a direção deve estar sempre pronta ao chamado do governo para negociar. Essa tem sido a justificativa para os acordos que são firmados, a exemplo das Câmaras Setoriais, que negociaram as "demissões voluntárias" e do "Pacto de Valorização do Magistério", que estabeleceu o miserável salário nacional de 300 reais (40 horas de trabalho) aos professores, inclusive não cumprido.

Agora, se apoiando no mesmo argumento, a CUT aceitou a convocação de FHC. Para isso,

levou unicamente oito pontos já rebaiados das reivindicações históricas dos trabalhadores. Procurou a todo custo estabelecer um ajuste que fosse menos mal para a Reforma do governo. Tudo que foi estabelecido, inclusive os oito pontos, foi uma criação unicamente da burocracia sindical.

Nenhum operário, funcionário público, camponês etc foi convocado para que pudesse em assembléias estabelecer um plano de defesa intransigente das conquistas dos oprimidos e avançar na incorporação de reivindicações elementares, como o salário mínimo real para os aposentados. A prática de não convocar assembléias em todos os sindicatos e não aprovar coletivamente os passos que a direção deva dar em qualquer negociação têm sido a forma de libertar os dirigentes sindicais de suas bases.

Com as mãos livres e sob a pressão intensa dos partidos burgueses e do governo, as Centrais negociam a própria miséria dos trabalhadores em

nome da preservação do sistema capitalista de produção. São incapazes de incluir na negociação o ponto de que nenhum aposentado receba menos que um salário mínimo real, pois segundo eles arrebentaria a Previdência. Com isso, preferem arrebentar com o pouco de vida que resta de um aposentado. Sem exagero, milhões de aposentados passam necessidades.

A não convocação de assembléias em todos os sindicatos para a aprovação de um plano de mobilização e de defesa das conquistas sociais dos trabalhadores implicou que a burocracia determinou o método da pressão parlamentar, através das caravanas, para esmolar que o governo abrisse negociação com as Centrais Sindicais. De antemão, já descartaram a possibilidade da unificação nacional dos explorados, através de uma greve geral por tempo indeterminado, caso o governo mantivesse sua conduta de implantar as Reformas antinacionais e antipopulares.



# A direção burocrática subordina os interesses dos trabalhadores ao Parlamento burguês

Não é de hoje que as direções sindicais vêm colocando em primeiro plano a pressão parlamentar. A substituição do método próprio dos trabalhadores, que é a ação direta, pela pressão no Parlamento significa que tais direções agem no campo da burguesia. O que quer dizer que se utilizam dos métodos que são próprios da classe proprietária dos meios de produção. Nesse campo, só vencem os interesses do capital. Basta lembrar as negociações que se travaram em torno da votação do salário mínimo. O resultado foi a aceitação dos 100 reais sem nenhuma luta efetiva dos oprimidos. Recordemos as caravanas à Brasília na época da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Qual foi a conclusão? Certamente, venceram os interesses dos proprietários das escolas privadas. Vejamos o caso da corrupção. A pressão ao Congresso Nacional não passou de simples denúncias, pois os envolvidos, inclusive os que roubaram o dinheiro da Previdência, continuam impunes.

Como se vê, a política de submeter a luta dos trabalhadores ao Parlamento burguês, que é um antro de corrupção, só tem favorecido os partidos burgueses e seu governo. Enquanto as Centrais correm de gabinete em gabinete de deputado para "convencê-lo" a votar nas reivindicações dos oprimidos, o governo age duramente reprimindo as greves e as ocupações de terra. Enquanto as direções permanecem nos corredores do palácio, o governo ofensivamente se utiliza dos meios de comunicação para ganhar um setor dos explorados para sua proposta de implantação das reformas neoliberais, confundindo-os.

Certamente, a negação dos métodos operários para combater a fundo a implantação do Plano antinacional e antipopular só fortalece a política pró-imperialista de FHC. Não é por acaso que a maioria dos operários permanece alheia ao que se passa com as negociações entre o governo e Centrais. A burocracia acaba por desmoralizar a CUT e os sindicatos perante os trabalhadores.

Diante do protocolo de acordo entre o governo e direções sindicais, parlamentares e outros representantes da burguesia reclamaram que se estava deixando de lado o Congresso Nacional. Vicentinho respondeu que, na verdade, não se trava a legitimidade do Congresso, porque este afinal de contas é que decidiria sobre os rumos da Reforma. Está aí o pensamento antioperário do presidente da CUT. Coloca nas mãos dos partidos da burguesia o destino da maioria nacional oprimida, sobre a qual recai a exploração capitalista e as reformas antipopulares. Por esse princípio burguês, os dirigentes sindicais vendidos submetem as Centrais e os sindicatos ao Estado burguês. E anulam a democracia operária nos organismos de massa.

Falam que os organismos dos trabalhadores são independentes dos partidos e do Estado. No entanto, praticam uma política de sujeição dos trabalhadores ao Parlamento, que não passa de um prostíbulo de políticos da burguesia, cuja finalidade é de aprovar leis e medidas contrárias aos interesses da maioria do povo. Os reformistas do PT dizem que o Parlamento representa toda a sociedade e aí está sua legitimidade. E as Centrais estão limitadas à

representação de apenas uma parcela. Esse raciocínio burguês revela toda a subserviência dos reformistas e da burocracia sindical aos capitalistas.

O Parlamento não é uma representação de toda sociedade, mas sim a representação e domínio da burguesia sobre a maioria nacional oprimida. A CUT é um instrumento de luta dessa maioria contra o Estado capitalista, o qual inclui o Parlamento. O que ocorre é que os reformistas e a burocracia sindical rompem a soberania dos organismos de massa, colocando-os à mercê das manobras políticas da burguesia, realizadas a partir do Parlamento. O princípio verdadeiramente proletário é o de não submeter nenhuma das reivindicações às decisões dos exploradores. A soberania dos explorados está contraposta à soberania dos exploradores. Eis porque a soberania dos explorados se realiza nas assembleias sindicais, assembleias populares, greves, ocupações e manifestações de massa. É por essa via que os trabalhadores poderão derrotar a Reforma antipopular.

NACIONAL



## O verdadeiro sentido da polêmica PT/CUT

Após o fechamento do acordo entre as Centrais Sindicais e FHC, Vicentinho tratou de imediatamente comunicar os acontecimentos aos parlamentares petistas. O presidente da CUT satisfeito explicou que o acordo tinha sido um avanço para os trabalhadores, porque o governo havia cedido em muitos pontos, como por exemplo a aceitação do teto de 10 mínimos etc. Ficou indignado com as reclamações dos deputados petistas. Procurou acalmar os ânimos dizendo que não fez nada de sua cabeça. Isso porque havia comunicado ao presidente do PT, José Dirceu.

A bancada do PT no Congresso, preocupada eleitoralmente com a reação do conjunto dos trabalhadores à destruição da aposentadoria por tempo

de serviço, reagiu rapidamente, mostrando-se descontente com a negociação. No momento em que Vicentinho aceitava a substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição, Lula organizava junto a Brizola e outros opositores burgueses uma Frente pela aposentadoria por tempo de serviço. É claro que não para mobilizar as massas, mas para apenas fazer oposição demagógica e eleitoreira a FHC.

A atitude de Vicentinho se tornou uma ameaça às pretensões petistas e de seus aliados. Daí se tentou armar uma cena de que havia uma discordância entre o PT e a CUT. Na realidade, a burocracia cutista é parte do reformismo petista. A essência da política de

burguesa é a mesma. O problema está em que os pontos do acordo com o governo desarmam a oposição demagógica-eleitoreira.

Para contornar o conflito, a direção nacional da CUT convocou uma reunião com os dirigentes sindicais para explicar o que estava sendo fechado com o governo. O PT, por sua vez, convocou o presidente da CUT para que fizesse a defesa do acordo. Em ambas as reuniões, apesar dos reclamos da ala oportunista, a fina-

lidade era de contornar com argumentos distraconistas de que a CUT não havia assinado nada. E que o critério de tempo de contribuição é apenas um nome diferente para o tempo de serviço. O que evidentemente é uma farsa. O governo não é estúpido de exigir tal mudança como base do acordo por ra-

zões puramente semânticas (de nome).

Vicentinho acenou com um recuo. Porém, essa manobra não passa de uma formalidade, uma vez que a CUT não rechaça integralmente os ataques do governo e não se coloca por convocar as massas para a luta. Como se vê, tudo isso se dá por cima dos trabalhadores

e de seus interesses. A imprensa burguesa se aproveitou do fato para instigar a validade do acordo, desinformar os trabalhadores e manipular as consciências. Vemos que o verdadeiro sentido da divergência PT/CUT não passa de uma cortina de fumaça para o eleitoralismo dos reformistas.

## O capitalismo não pode sustentar seus escravos

O governo objetiva, com a Reforma da Previdência, os seguintes pontos: 1) Alongar ao máximo o tempo de trabalho, de forma que preencha toda existência dos trabalhadores; 2) Só aposentar aquele que contribuiu integralmente com a Previdência; 3) Pagar uma renda mínima para os aposentados; 4) Extinguir toda e qualquer conquista vantajosa de um dos setores dos oprimidos, igualando todos no pior caso; 5) Livrar-se desse encargo social, transferindo-o para a iniciativa privada (privatização).

O argumento safado para tal objetivo é o de que a Previdência provoca déficit público. Na verdade, as causas de tal suposto déficit são os desvios do próprio governo, a sonegação dos patrões, a não assinatura de carteiras profissionais de 50% de trabalhadores e a corrupção no INSS, envolvendo altas autoridades.

Mas suponhamos que haja déficit. Por essa razão os trabalhadores não deveriam ter uma vida digna depois de dar seu sangue na produção? Do ponto de vista do explorador, o Estado e a classe capitalista não deveriam ter responsabilidades para com a velhice dos trabalhadores. Evidentemente, não é possível aos capitalistas se livrarem definitivamente da aposentadoria dos seus escravos. O que pretende então fazer é piorar o máximo possível as condições da aposentadoria. Isso para a parcela que consegue se aposentar.

A realidade mostra que milhões trabalham até a morte sem um minuto de descanso. E mesmo a maioria que se aposenta, recebendo um salário mínimo de fome, tem de continuar trabalhando de uma forma ou de outra. A verdade é que a maioria oprimida não se livra do peso da exploração em nenhum momento de sua existência.

A rigor não existe no capitalismo uma real aposentadoria para a maioria. A piora das condições dessa miserável aposentadoria já existente vem agravar ainda mais tal realidade social. O capitalismo mostra que não pode sustentar minimamente seus escravos modernos.

Entretanto, isso ocorre não por falta de riqueza. Ao contrário, os operários e demais trabalhadores produzem um extraordinário excesso de riqueza, mas que fica concentrada em poder da minoria capitalista possuidora dos meios

de produção. A massa salarial paga pelos patrões aos operários é produzida pelos assalariados em uma pequena fração de tempo. E o restante da produção fica inteiramente à mercê dos capitalistas, que não passam de 10% da população.

O empobrecimento crescente das massas enquanto se aumenta aceleradamente a concentração de riqueza é próprio do sistema de exploração do trabalho. Coletivamente as massas entregam uma fantástica força de trabalho que move toda produção. Mas, devido à propriedade privada dos meios de produção pertencer à classe capitalista, a apropriação e distribuição de tais riquezas não podem estar a serviço da coletividade. A produção e distribuição estão a serviço da acumulação de capital e sustentação de uma classe parasitária de burgueses. Está aí a raiz de tamanha agressão às massas através da destruição de conquistas elementares, que por si só já não protegem minimamente a vida de milhões, a exemplo do exército de aposentados que recebe até um salário mínimo. A contradição é clara: as massas produzem uma riqueza capaz de manter não apenas a si próprias na velhice como também a várias gerações. Está aí porque a capitulação dos reformistas do PT e da burocracia sindical perante a política neoliberal de FHC se constitui numa terrível traição.

## Reforma da Previdência é ditada pelo Banco Mundial (imperialismo)

Não só no Brasil a burguesia avança vorazmente sobre as condições elementares de existência dos oprimidos. Nas metrópoles imperialistas, na última década, os governos estão quebrando o sistema previdenciário estatal. Os Estados Unidos, Alemanha e Suécia aprovaram mudanças para a ampliação da idade mínima para se aposentar, hoje de 65 anos. Na Inglaterra, há uma proposta de modificar a base de cálculo da pensão mínima de 25% da média dos melhores 25 anos de salário para 20% da média salarial. O Japão já revê os benefícios do sistema oficial da previdência. A combativa greve na França, no final de 1995, teve como centro a reivindicação de retirada do projeto de reforma da previdência do 1º

Ministro Alain Juppé. Projeto esse que conduzia à privatização e o aumento do tempo trabalho de 35 para 37,5 anos para se ter direito à aposentadoria integral.

Isso não é tudo. O Relatório do Banco Mundial diz claramente que para manter os atuais sistemas de pensão, os governos terão de necessariamente diminuir os benefícios, limitar os reajustes de reposição da inflação e aumentar o teto mínimo para se aposentar. Dá o exemplo de que no Canadá teria de se passar de 65 anos para 81 anos, na Inglaterra para 77 anos, na Alemanha para 76 anos e nos Estados Unidos para 71 anos. No fundo, está dizendo que o Estado, mesmo das potências mais ricas do planeta,



já não pode sustentar uma Previdência Estatal e nem garantir as conquistas sociais do passado.

Diz ainda mais o relatório do BIRD: como solução da enorme crise do sistema previdenciário estatal, propõe a sua privatização. Fala que as simples reformas já vêm sendo tentadas há 10 anos e que quase nada foi obtido. O passo concreto a ser dado é a criação de sistemas privados tanto para os países ricos como para os pobres. Na verdade, está dizendo que tanto as metrópoles capitalistas adiantadas, que puderam no passado incorporar alguns benefícios a seus trabalhadores à custa da sangria de outras nações, quanto os países semicoloniais, endividados até os ossos, terão de eliminar a Previdência Estatal.

Para as semicolônias, a exigência do Banco Mundial é taxativa: privatizar o mais rápido possível. Para isso, usa o exemplo do Chile que pôs fim à Previdência Estatal. Condena duramente a Previdência brasileira, como "um modelo a não ser seguido". Está aí a pressão privatista sobre o governo brasileiro. E os reformistas do PT ainda defendem a aposentadoria complementar através de fundos privados.

Os argumentos do Banco Mundial são de que há um aumento da população idosa, o que implica em um peso para o Estado capitalista. Avalia que o sistema explodirá em menos de 50 anos. O que não pode dizer é que o sistema de exploração do trabalho já utilizou e superexplorou essa mão de obra que hoje se tornou idosa e obteve fábulas de riquezas.

O que o Banco Mundial não pode pôr às claras é a enorme avalanche de corrupção, porque isso significa denunciar o seu próprio Estado. Por detrás da reforma previdenciária, estão os interesses do capital financeiro. O governo alega que a Previdência só dá déficit, mas a apresenta como um grande negócio para os bancos, seguradoras e fundos de pensões.

Diante do brutal déficit dos Estados imperialistas e das ameaças de quebra do sistema financeiro devido ao parasitismo, a destruição da aposentadoria é um meio para a burguesia proteger seus capitais às custas da eliminação das condições mais elementares de sobrevivência das massas. Em relação aos países semicoloniais, o imperialismo exige que os governos também se livrem de todos os encargos sociais (saúde, educação, previdência) para destinar o dinheiro dos impostos, pagos pela população, para saldar a dívida externa.

A reforma do governo de Fernando Henrique Cardoso está nos moldes ditados pelo Banco Mundial. Faz parte de um conjunto de medidas exigidas pelos credores imperialistas. Portanto, admitir qualquer quebra de conquista dos trabalhadores, como faz a burocracia sindical, é admitir a ingerência do imperialismo no país, ou seja, subordinar-se à opressão imperialista.

Nacional

## A quebra da aposentadoria não é uma medida isolada

A Reforma da Previdência é um dos aspectos do Plano antinacional e antipopular do governo FHC. Tal Plano se assenta na reforma fiscal (aumentar impostos sobre a população, retirar mais impostos dos estados e municípios), na reforma econômica (quebra dos monopólios estatais, atingindo os ramos essenciais como petróleo, telecomunicações e minérios) e na reforma administrativa (demissão de funcionários, privatização da saúde, educação e previdência).

A tática do governo tem sido implantar de forma separada cada um dos aspectos do seu Plano. Foi assim com o Plano Real, com o fim do monopólio sobre a Petrobrás, dos portos, telecomunicações, com a abertura do mercado aos produtos estrangeiros etc. Agora, é a vez de quebrar as conquistas sociais, através da Reforma da Previdência. Para isso, tem contado com a colaboração do Congresso Nacional e com as direções sindicais burocratizadas.

As direções sindicais marcham da mesma forma que o governo. Ao invés de organizarem a luta para quebrar a espinha dorsal do Plano FHC, negociam parte por parte das reformas. A capitulação é tão grande que chegam a dizer que há pontos positivos e negativos e, por isso, ficam no lenga lenga com o Parlamento e o governo pró-imperialista. Ao invés de organizar a luta para derrotar integralmente o Plano, acabam por sustentar as reformas privatistas e fragmentar os interesses dos trabalhadores.

O que o governo neoliberal e os reformistas da Frente Brasil Popular procuram obscurecer é que o Plano FHC segue a estratégia geral do imperialismo. Não se trata de medidas destinadas a desenvolver as forças produtivas da nação oprimida. Muito pelo contrário. Elas transferem riquezas para os cofres dos monopólios e banqueiros internacionais. A sangria do país é um fator de empobrecimento geral e de bloqueio do desenvolvimento nacional.

O imperialismo envolto numa aguda guerra comercial, devido à crise de superprodução, avança sua rapinagem sobre as nações capitalista de economia atrasada. A burguesia brasileira se mostra não só incapaz de resistir a tal ofensiva como se coloca em posição de colaboradora, através do seu governo. Os reformistas e a burocracia sindical, por sua vez, se mostram acovardadas diante da violência antipopular e antinacional das reformas. Ao estabelecerem a linha de negociação parte a parte das medidas, capitulam frente ao governo pró-imperialista.

## A tarefa operária é de destruir o Plano FHC

Os trabalhadores devem rechaçar qualquer mudança na Previdência que atinja seus direitos e que a leve à privatização. É preciso um amplo movimento nacional que una a maioria nacional oprimida em torno da classe operária para derrotar a política pró-imperialista e antipopular do governo FHC. A resposta só pode ser a da luta que conduza à greve geral por tempo indeterminado, às manifestações de rua, bloqueios e ocupações dos locais de trabalho.

Nesse sentido, é preciso rebater a política da burocracia sindical de submeter a CUT ao Parlamento burguês e defender intransigentemente os métodos da democracia operária, ou seja, da convocação de assembleias em todos os sindicatos, nos bairros populares e plenárias de ativistas da Central.

O governo só será derrotado com a luta de massa. A via da negociação da burocracia sindical é a via da vitória do governo. Devemos não só rejeitar as mudanças governamentais como defender verdadeiras reformas populares, como meio de luta contra a opressão capitalista. Eis os pontos que o Partido Operário Revolucionário defende:

A aposentadoria por tempo de serviço!  
O fim da contribuição dos 30 e 35 anos!



O fim da regulamentação contrária aos interesses dos camponeses minifundiários e semiproletários!

O fim da quebra do direito de aposentadoria especial aos professores universitários e outros setores não parasitários!

O fim da quebra do direito dos servidores públicos de terem aposentadoria integral!

A aposentadoria por tempo de serviço de 25 e 30 anos para todos os trabalhadores, sem exceção! Aposentadoria integral para todos!

Que nenhum aposentado receba menos que um salário mínimo real!

Que os capitalistas arquem inteiramente com a aposentadoria dos explorados!

Que a Previdência seja colocada sob o controle dos sindicatos e que sua direção seja eleita diretamente pelas massas, com revogabilidade de mandato!

O estatismo contra a privatização!

A implantação do salário mínimo real, com escala móvel de reajustes, reposição de todas as perdas!

O emprego a todos, redução da jornada para 6 horas, sem redução salarial, escala móvel das horas de trabalho!

A terra aos camponeses pobres, destruição do poder latifundiário e nacionalização das terras, fim da violência militar e paramilitar contra as ocupações!

A educação e saúde públicas e moradia a todos!

Um governo operário e camponês (ditadura do proletariado)!

Nacional

## Constituir a Frente Revolucionária Antiimperialista

É uma ilusão achar que é possível resistir ao Plano do FMI/FHC sem um violento choque com as forças pró-imperialistas internas e com o próprio capital internacional. A classe operária e demais trabalhadores estão diante de uma descomunal ofensiva contra suas vidas.

O governo FHC, ao adotar o Plano econômico da burguesia mundial, sacrifica ainda mais a já limitada soberania nacional e serve de correia de transmissão para a opressão imperialista. A burguesia nacional se mostra impotente e conivente diante das diretrizes do grupo dos sete, liderado pelos Estados Unidos.

A burocracia, os reformistas e toda sorte de centrista de esquerda têm omitido ou escondido que o governo FHC é um agente da opressão nacional e da alienação da

soberania da nação. Outros que denunciam esse conteúdo são inconsequentes por não tirarem a conclusão política necessária. Ou seja, de que não se pode derrotar o Plano FHC sem um vigoroso movimento antiimperialista e que não se pode ter esse movimento que não se anticapitalista.

A luta antiimperialista contra o Plano e seu governo se choca contra os pilares do sistema de exploração do trabalho. Só a classe operária, por ter a produção fabril em suas mãos, pode liderar um movimento antiimperialista conseqüente. A constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista de massa é o meio para materializar a unidade da nação oprimida contra o imperialismo e a burguesia entreguista.

O POR defende que a CUT, PT e centristas rompam com sua política corporativista, divisionista e parlamentarista, que acaba por sustentar o Plano, e que se coloquem pela formação de comitês antiimperialistas por todo o país, como organismos de mobilização geral das massas.

## Diante da corrupção e violência reacionária contra os camponeses: Convocar os Tribunais Populares.

No momento em que o governo ataca os direitos previdenciários dos trabalhadores, novamente explode os escândalos de corrupção no seu interior. Ninguém pode dizer que é menor do que o ocorrido sob Collor. Na verdade, trata-se da continuidade das mesmas quadrilhas de ladrões, falsários e interesseiros. Aqui não se trata de honestidade ou não. Trata-se sim da decomposição geral da burguesia e de seu Estado. O resultado é o maior sacrifício da vida

das massas.

As CPIs comprovaram ser uma farsa, que mais acoberta do que revela. As monstruosidades do Sivam, do Banco Econômico, da CPI dos Bingos etc não serão apuradas pelo próprio poder burguês, de onde são geradas. Elas vêm à tona estritamente devido aos choques internos das forças burguesas no aparelho do Estado e não por lisura.

Os reformistas do PT reclamam pela ética. E a esquerda centrista clama pela prisão dos corruptos. O mesmo podemos falar sobre a chacina de Corumbiara, da violência latifundiária/militar no Paraná, Santa Catarina, Ceará, São Paulo (Pontal). Em palavras pedem o fim da violência do Estado. Porém, se negam a pôr em pé os meios próprios dos trabalhadores

de combate à corrupção e à violência reacionária da burguesia.

O POR defende a constituição de Tribunais Populares, que são organismos independentes do Estado, dos partidos burgueses e outras instituições do capitalismo. Tribunais esses formados por representantes de fábrica, de camponeses, de funcionários e oprimidos em geral, eleitos diretamente. Tais Tribunais são órgãos da luta dos oprimidos contra toda forma de opressão social e política. Os únicos que podem de fato julgar e punir os crimes da burguesia são os oprimidos com seus próprios meios. Exigimos da CUT e de todas as correntes que se reivindicam da classe operária que se coloquem pela constituição dos *Tribunais Populares*.

